

Rodrigo Faucz Pereira e Silva  
Daniel Ribeiro Surdi de Avelar

# Manual do Tribunal do Júri



Portal: [tribunaldojuri.com](http://tribunaldojuri.com)

Prof. Dr. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho | prefácio  
Prof. Dr. Clèmerson Merlin Clève | apresentação

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Projetos:* Camilla Dantara Ventura

*Estagiários:* Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thaís Pereira e Victória Menezes Pereira

*Capa:* Lucas Kfourri

*Estagiárias:* Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

*Adaptação capa:* Ariel Villalba e Cinthia Riveros

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILIA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTRO ROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Estagiária de Produção Gráfica:* Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Silva, Rodrigo Fauz Pereira e Manual de tribunal de júri / Rodrigo Fauz Pereira e Silva, Daniel Ribeiro Surdi de Avelar. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia.  
ISBN 978-65-5614-453-5

1. Júri 2. Júri Brasil 3. Júri História 4. Prática forense 5. Processo penal I. Avelar, Daniel Ribeiro Surdi de. II. Título.

20-51258

CDU-343.195

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Júri : Processo penal 343.195 2. Tribunal do Júri : Processo penal 343.195  
Cíbele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
NOTA DOS AUTORES.....	11
PREFÁCIO - POR PROF. DR. JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO.....	13
APRESENTAÇÃO - POR PROF. DR. CLÊMERTON MERLIN CLÈVE.....	23
1. SÍNTESE HISTÓRICA DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	43
1.1. Das Leis Mosaicas.....	45
1.2. Do Areópago e dos Tribunais dos Heliastas.....	46
1.3. Das <i>questiones perpetuas</i> .....	50
1.4. Dos tribunais <i>wehmicos</i> .....	52
1.5. A construção do <i>Trial by Jury</i> na Inglaterra.....	54
1.5.1. A queda do Império Romano e os “juízos de Deus”.....	55
1.5.2. A invasão normanda.....	61
1.5.3. O desenvolvimento do <i>common law</i> a partir das cortes régias de Henrique II.....	63
1.5.4. O <i>trial on indictment</i> e a edificação do <i>Grand Jury</i> .....	66
1.5.5. O IV Concílio Laterano e a implementação do <i>Trial by Jury</i> .....	70
1.6. O <i>Trial by Jury</i> como fuga ao inquisitorialismo continental.....	75
2. HISTÓRICO DO TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL E O MODELO DEMOCRÁTICO DE JUSTIÇA.....	77
2.1. O júri brasileiro na ordem constitucional atual.....	95
3. EM BUSCA DE UM JÚRI DEMOCRÁTICO: AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO, INSTRUÇÃO AOS JURADOS E REPRESENTATIVIDADE.....	99
3.1. Ausência de motivação das decisões do júri.....	111
3.2. Instrução aos jurados.....	118
3.3. A deliberação entre os jurados.....	122
4. PRINCÍPIOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS.....	133
4.1. Os princípios do art. 5º, inc. XXXVIII, da Constituição da República.....	137
4.1.1. Plenitude de defesa.....	138
4.1.2. Sigilo das votações.....	141

4.1.3.	Soberania dos veredictos.....	143
4.1.4.	Competência para o julgamento de crimes dolosos contra a vida .....	148
4.2.	Princípios gerais do processo penal .....	151
4.2.1.	Princípio da presunção da inocência .....	151
4.2.2.	Princípio do <i>in dubio pro reo</i> .....	154
4.2.3.	Princípio do contraditório .....	156
4.2.4.	Princípio da não autoincriminação .....	157
5.	PROCEDIMENTO ESPECIAL DO TRIBUNAL DO JÚRI .....	161
5.1.	Reforma de 2008 .....	161
5.2.	O procedimento especial.....	162
6.	PRIMEIRA FASE DO PROCEDIMENTO .....	165
6.1.	Acusação e instrução preliminar .....	165
6.2.	Rejeição da denúncia.....	166
6.3.	Recebimento da denúncia ou da queixa .....	167
6.3.1.	Recebimento da denúncia – Retratação após apresentação da resposta à acusação .....	168
6.3.2.	O PL 4.203/2001 e o contraditório prévio ao recebimento da denúncia .....	171
6.3.3.	Recebimento da denúncia com a Lei 13.964/2019 e o juiz de garantias no júri.....	172
6.3.4.	Discordância da defesa sobre o recebimento da denúncia .....	175
6.3.5.	Cadeia de Custódia – Arts. 158-A, 158-B, 158-C, 158-D, 158-E e 158-F, do CPP.....	176
6.3.5.1.	Consequência da Violação da Cadeia de Custódia e as Fases Procedimentais.....	179
6.4.	Resposta à acusação .....	181
6.4.1.	Número de testemunhas que podem ser arroladas pelas partes....	184
6.4.2.	Matérias alegadas na resposta à acusação.....	187
6.5.	Posicionamento do magistrado após o oferecimento da resposta .....	189
6.6.	Exceções.....	191
6.7.	Hipótese de a defesa não apresentar resposta.....	192
6.8.	Manifestação da acusação após apresentada a resposta.....	194
6.9.	Prazo do juiz para determinar a inquirição de testemunhas e diligências.....	195
6.10.	Audiência de instrução – Produção probatória .....	197
6.10.1.	Audiência de instrução e a Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime) ...	198
6.10.2.	Ordem e organização .....	200
6.10.2.1.	A oitiva do ofendido .....	204
6.10.2.2.	Desistência unilateral da oitiva da testemunha .....	205

6.10.2.3.	Esclarecimentos dos peritos, acareações e reconhecimento .....	206
6.10.2.4.	Reconhecimento pessoal: uma análise da nova orientação do STJ .....	208
6.10.2.5.	Requerimento de diligências .....	214
6.10.2.6.	Interrogatório .....	215
6.10.2.7.	Concurso de agentes e a ordem de interrogatórios ...	216
6.10.3.	Audiência una e adiamento .....	217
6.11.	Produção e gestão das provas .....	218
6.12.	Juntada de documentos .....	219
6.13.	Alegações finais .....	219
6.13.1.	Alegações finais por memoriais .....	220
6.13.2.	Gravação das alegações finais orais .....	222
6.14.	Ocorrência de eventuais nulidades relativas .....	223
6.15.	Princípio da identidade física do juiz .....	223
6.16.	Prazo para a decisão .....	224
6.17.	Prazo para a conclusão do procedimento .....	225
7.	DECISÕES DA PRIMEIRA FASE .....	229
7.1.	Decisão de pronúncia .....	229
7.1.1.	Fundamentação .....	230
7.1.2.	Requisitos da pronúncia .....	236
7.1.2.1.	Materialidade do crime .....	237
7.1.2.2.	Indícios suficientes de autoria .....	238
7.1.3.	A análise do dolo na pronúncia .....	240
7.1.4.	A pronúncia e os elementos colhidos na investigação preliminar ...	242
7.1.5.	A fundamentação das qualificadoras e causas de aumento e de diminuição .....	248
7.1.6.	Agravantes e atenuantes .....	250
7.1.7.	A pronúncia como garantia .....	250
7.1.8.	Crimes conexos .....	256
7.1.9.	Das medidas cautelares .....	259
7.1.10.	Interrupção da prescrição .....	262
7.1.11.	Intimação da decisão de pronúncia .....	262
7.2.	Decisão de impronúncia .....	264
7.2.1.	Prova nova .....	266
7.2.2.	Impronúncia de qualificadoras .....	267
7.2.3.	Crimes conexos .....	269
7.2.4.	Despronúncia .....	269
7.2.5.	Inconstitucionalidade da decisão de impronúncia .....	269
7.3.	Absolvição sumária .....	273

7.3.1.	A absolvição sumária imprópria .....	275
7.3.2.	Crimes conexos .....	276
7.3.3.	Aditamento .....	276
7.4.	<i>Emendatio Libelli</i> .....	278
7.5.	Desclassificação .....	280
7.5.1.	Procedimento a ser seguido .....	283
7.5.2.	Crimes conexos .....	284
7.5.3.	Recurso cabível .....	284
7.5.4.	Conflito de competência negativo .....	285
7.5.5.	A desclassificação e o acusado preso .....	287
7.6.	Circunstância superveniente .....	287
7.7.	Síntese de recursos cabíveis .....	288
7.7.1.	Recurso <i>ex officio</i> .....	289
7.8.	Encerramento do Juízo de Admissibilidade .....	289
8.	DESAFORAMENTO .....	291
8.1.	Criação do desaforamento no Brasil .....	291
8.2.	Conceito .....	291
8.3.	Fundamentos .....	292
8.4.	Requisitos .....	293
8.4.1.	Interesse da ordem pública .....	293
8.4.2.	Dúvida sobre a imparcialidade do júri .....	294
8.4.3.	Dúvida sobre a segurança do acusado .....	297
8.4.4.	Excesso de serviço .....	299
8.5.	Procedimento do desaforamento .....	299
8.6.	Pedido de aceleração processual .....	301
8.7.	Reaforamento e novo desaforamento .....	302
8.8.	Desaforamento interestadual .....	302
9.	SEGUNDA FASE DO PROCEDIMENTO .....	307
9.1.	Peça do art. 422 do CPP .....	307
9.1.1.	Deliberação e elaboração do relatório .....	308
9.2.	Alistamento dos jurados .....	309
9.2.1.	O perfil dos jurados .....	310
9.2.2.	A busca pela representatividade social .....	311
9.2.3.	Propostas para um melhor alistamento dos jurados .....	314
9.2.4.	Requisitos e características da lista geral .....	315
9.3.	Lista geral – Reuniões x Sessões .....	317
9.4.	Organização da pauta .....	318
9.5.	Procedimento para o sorteio e a convocação dos jurados .....	322
9.5.1.	Intimação dos interessados .....	323

9.5.2.	Publicidade do sorteio .....	324
9.5.3.	Quantidade de jurados sorteados para a reunião .....	325
9.5.4.	Inclusão de processos após o sorteio dos jurados .....	327
9.6.	Convocação dos jurados e requisitos legais para o exercício da função .....	328
9.6.1.	Atos processuais e cartoriais antecedentes ao julgamento .....	330
9.7.	Júris midiáticos .....	332
9.8.	Na sessão de julgamento .....	332
9.8.1.	Isenção e dispensa dos jurados .....	332
9.8.2.	Recusa injustificada .....	333
9.8.3.	Recusa fundada em convicção religiosa, filosófica e política ....	333
9.8.4.	A responsabilidade dos jurados e o crime de desobediência ....	334
9.8.5.	A idade mínima .....	335
9.8.6.	Notória idoneidade .....	337
9.8.7.	Jurado analfabeto .....	338
9.8.8.	Jurado naturalizado, estrangeiro e quem perdeu ou tem sus- pensos os seus direitos políticos .....	340
9.8.9.	Jurado com deficiência visual ou auditiva .....	340
9.8.10.	Isenção do serviço do júri .....	341
9.8.11.	Isenção por justo impedimento e maiores de 70 anos.....	342
9.8.12.	Direitos dos jurados .....	343
10.	JULGAMENTO EM PLENÁRIO .....	347
10.1.	Composição do Tribunal do júri e formação do Conselho de Sentença .....	347
10.2.	Habilitação do procurador do assistente de acusação .....	347
10.3.	Defensoria Pública na atuação como representante da assistência de acusação...	348
10.4.	Ausências na sessão.....	349
10.4.1.	Do Ministério Público.....	349
10.4.2.	Do advogado do querelante .....	350
10.4.3.	Do procurador do assistente de acusação .....	351
10.4.4.	Do defensor do acusado.....	351
10.4.4.1.	Participação do defensor de um dos corréus na sessão de julgamento do outro acusado .....	353
10.4.5.	Do acusado solto.....	355
10.4.6.	Do acusado preso.....	357
10.4.7.	Ausência do acusado e condução coercitiva para fins de reco- nhecimento.....	358
10.4.8.	Da testemunha imprescindível.....	359
10.4.9.	Da testemunha não imprescindível.....	361
10.4.10.	Quadro resumido sobre ausências dos envolvidos.....	364
10.5.	Da oitiva de informantes no Tribunal do Júri.....	364
10.6.	Oitiva do ofendido .....	365

10.7.	Instalação dos trabalhos .....	366
10.7.1.	Pregão – Momento de arguição das nulidades .....	368
10.7.2.	Esclarecimentos aos jurados .....	368
10.7.3.	Incomunicabilidade dos jurados.....	369
10.7.4.	Sorteio e recusas imotivadas .....	371
10.7.5.	Recusas motivadas – Impedimento, suspeição e incompatibilidade .....	373
10.7.6.	Cisão do julgamento .....	374
10.7.7.	Exortação solene .....	375
10.8.	Instrução em plenário .....	377
10.8.1.	Instrução e ordem dos questionamentos .....	378
10.8.2.	Desistência de testemunhas .....	381
10.8.3.	Acareação e reconhecimento.....	382
10.8.4.	Leitura de documentos em plenário .....	383
10.8.5.	Utilização do inquérito a partir da instituição do juiz de garantias .....	384
10.8.6.	Interrogatório do acusado.....	386
10.9.	Uso de algemas em plenário.....	388
10.10.	Registro da instrução.....	390
10.11.	Debates.....	392
10.11.1.	Sustentação: ordem e limitação.....	392
10.11.2.	Tempo de sustentação .....	395
10.11.3.	Ampliação do tempo de sustentação .....	398
10.11.4.	Agravantes e atenuantes.....	399
10.11.4.1.	Atenuantes e agravantes objetivas .....	402
10.11.5.	Réplica e tréplica.....	403
10.11.5.1.	Tréplica como direito do acusado – Tréplica sem réplica .....	405
10.11.5.2.	Réplica pela assistência de acusação.....	406
10.11.5.3.	Inovação de tese na tréplica.....	407
10.11.5.4.	Reinquirição de testemunhas .....	410
10.11.6.	Nulidades – Limites nos debates.....	411
10.11.6.1.	Decisão de pronúncia como argumento de autoridade .....	412
10.11.6.2.	Outras decisões como argumento de autoridade ....	417
10.11.6.3.	Os antecedentes criminais do acusado .....	420
10.11.6.4.	Menção ao uso de algemas .....	421
10.11.6.5.	Silêncio do acusado ou ausência do interrogatório, em seu prejuízo .....	421
10.11.6.6.	Momento para impugnação.....	422
10.11.7.	Utilização de documentos novos .....	424

10.11.7.1.	Forma de contagem do prazo e cientificação da parte adversa .....	427
10.11.7.2.	Referência a documento ou objeto não juntado aos autos .....	431
10.11.7.3.	Entrega aos jurados de cópias de peças do processo....	432
10.11.7.4.	Exibição parcial de depoimento colhido na fase do sumário de culpa .....	432
10.11.7.5.	Nulidade e atuação do juiz presidente.....	433
10.11.8.	Apartes, esclarecimentos, questões de ordem .....	434
10.11.8.1.	Pedido de esclarecimentos .....	437
10.11.8.2.	Aptidão para julgar e esclarecimentos.....	441
10.11.8.3.	Dissolução do conselho e realização de diligências .....	443
10.11.9.	Da gravação das sessões de julgamento .....	444
11.	QUESITAÇÃO .....	445
11.1.	Conceito e características .....	445
11.2.	Fontes dos quesitos .....	446
11.3.	Elaboração.....	448
11.4.	Apresentação às partes – em busca de consenso em Plenário .....	449
11.5.	Apresentação formal e requerimentos das partes .....	450
11.6.	Ordem dos quesitos.....	452
11.6.1.	Síntese da Ordem dos Quesitos.....	454
11.7.	Princípio da correlação entre a acusação e a decisão de pronúncia .....	454
11.8.	Quesito absolutório genérico .....	455
11.8.1.	Absolvição genérica e a tese de negativa de autoria .....	457
11.9.	Absolvição imprópria.....	459
11.10.	Sustentação pela defesa da tese absolutória e desclassificatória .....	459
11.11.	Desclassificação.....	459
11.11.1.	Desclassificação própria e imprópria .....	461
11.11.2.	Desclassificação – Dolo direto e dolo eventual – quesitação.....	462
11.11.3.	Desclassificação e crime conexo .....	464
11.12.	Imputação por dolo direto e quesitação de dolo eventual.....	464
11.13.	Tentativa.....	465
11.14.	Causas de diminuição, qualificadoras e causas de aumento de pena .....	466
11.14.1.	Agravantes e atenuantes.....	466
11.14.2.	Afastamento da qualificadora e reconhecimento como agravante .....	466
11.14.3.	Qualificadora prevista no dispositivo da pronúncia, mas sem fundamentação .....	467
11.14.4.	Homicídio privilegiado e qualificadoras subjetivas.....	468

11.15. Concurso formal e multiplicidade de vítimas .....	469
11.16. Redação dos quesitos de outros crimes de competência do Tribunal do Júri e crimes conexos.....	470
11.17. Impugnação dos quesitos e preclusão .....	471
11.18. A sistemática da votação .....	472
11.19. Modelos de quesitação .....	475
11.20. Teses e quesitos específicos.....	478
11.20.1. Homicídio privilegiado – relevante valor moral (art. 121, § 1º, primeira parte, do CP) .....	478
11.20.2. Homicídio privilegiado – relevante valor social (art. 121, § 1º, primeira parte, do CP) .....	478
11.20.3. Homicídio privilegiado – violenta emoção logo em seguida a injusta provocação da vítima (art. 121, § 1º, segunda parte, do CP).....	479
11.20.4. Homicídio qualificado – mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe (art. 121, § 2º, I, do CP) .....	479
11.20.5. Homicídio qualificado – motivo fútil (art. 121, § 2º, II, do CP).....	479
11.20.6. Homicídio qualificado – com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura (art. 121, § 2º, III, do CP).....	479
11.20.7. Homicídio qualificado – outro meio insidioso ou cruel (art. 121, § 2º, III, do CP) .....	480
11.20.8. Homicídio qualificado – meio que possa resultar em perigo comum (art. 121, § 2º, III, do CP) .....	480
11.20.9. Homicídio qualificado – à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação (art. 121, § 2º, IV, do CP) .....	480
11.20.10. Homicídio qualificado – outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido (art. 121, § 2º, IV, do CP).....	480
11.20.11. Homicídio qualificado – para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime (art. 121, § 2º, V, do CP).....	481
11.20.12. Homicídio qualificado – Femicídio pela violência doméstica e familiar (art. 121, § 2º, VI, c/c art. 121, § 2º-A, I, ambos do CP).....	481
11.20.13. Homicídio qualificado – Femicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher (art. 121, § 2º, VI, c/c art. 121, § 2º-A, II, ambos do CP). .....	481
11.20.14. Homicídio qualificado – contra autoridade ou agente de segurança pública (agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou	

	em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição) – art. 121, § 2º, VII, do CP) .....	482
11.20.15.	Causa de aumento – Vítima menor de 14 anos (art. 121, § 4º, do CP).....	482
11.20.16.	Causa de aumento – Vítima maior de 60 anos (art. 121, § 4º, do CP).....	482
11.20.17.	Causa de aumento – Crime praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança (art. 121, § 6º, do CP).....	482
11.20.18.	Causa de aumento – Crime praticado por grupo de extermínio (art. 121, § 6º, do CP).....	483
11.20.19.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pela violência doméstica e familiar cometido durante a gestação ou nos 3 meses posteriores ao parto (art. 121, § 7º, I, do CP).....	483
11.20.20.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pela violência doméstica e familiar cometido contra pessoa menor de 14 anos, maior de 60 anos, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou vulnerabilidade física ou mental (art. 121, § 7º, II, do CP).....	484
11.20.21.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pela violência doméstica e familiar cometido na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima (art. 121, § 7º, III, do CP).....	484
11.20.22.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pela violência doméstica e familiar cometido em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do <i>caput</i> do art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (art. 121, § 7º, IV, do CP).....	485
11.20.23.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher durante a gestação ou nos 3 meses posteriores ao parto (art. 121, § 7º, I, do CP) .....	486
11.20.24.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher cometido contra pessoa menor de 14 anos, maior de 60 anos, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou vulnerabilidade física ou mental (art. 121, § 7º, II, do CP) .....	486
11.20.25.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher cometido na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima (art. 121, § 7º, III, do CP) .....	487

11.20.26.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher cometido em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do <i>caput</i> do art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (art. 121, § 7º, IV, do CP).....	488
11.20.27.	Tentativa de homicídio (art. 121, c/c art. 14, II, do CP).....	488
11.20.28.	Desclassificação para homicídio culposo (art. 121, § 3º, do CP).....	489
11.20.29.	Desclassificação para homicídio culposo na direção de veículo automotor (art. 302 do Código de Trânsito Brasileiro).....	489
11.20.30.	Desclassificação para lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º, do CP).....	490
11.20.31.	Excesso culposo nas excludentes.....	490
11.20.32.	Erro sobre a pessoa (art. 20, § 3º, do CP).....	491
11.20.33.	Tese de exclusão de imputação pela superveniência de causa independente (art. 13, § 1º, do CP) Pedido de desclassificação para crime não doloso contra a vida.....	491
11.20.34.	Tese de exclusão de imputação pela superveniência de causa independente (art. 13, § 1º, do CP) – Pedido de desclassificação para tentativa de homicídio.....	492
11.20.35.	Homicídio Consumado – Acusação de ser partícipe.....	493
11.20.36.	Participação de menor importância (art. 29, § 1º, do CP).....	493
11.20.37.	Cooperação dolosamente distinta (art. 29, § 2º, do CP).....	493
11.20.38.	Embriaguez como causa de diminuição de pena (art. 28, § 2º, do CP).....	493
11.20.39.	Inimputabilidade como tese sustentada pela defesa (art. 26 do do.....	494
11.20.40.	Semi-imputabilidade (parágrafo único do art. 26 do CP).....	494
11.20.41.	Erro de proibição indireto evitável – Erro de permissão (art. 21 do CP).....	494
11.20.42.	Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio consumado (art. 122 do CP).....	494
11.20.43.	Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio – resultando lesão corporal grave (art. 122 do CP).....	495
11.20.44.	Causa de aumento Motivo egoístico – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, I, do CP).....	495
11.20.45.	Causa de aumento – Motivo torpe ou fútil Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, I, do CP).....	496
11.20.46.	Causa de aumento – Vítima menor de 18 anos (mas maior de 14) Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, II, do CP).....	496

11.20.47.	Causa de aumento – Vítima com diminuída capacidade de resistência – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, II, do CP).....	496
11.20.48.	Causa de Aumento – Crime realizado por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitida em tempo real Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 4º, do CP) .....	496
11.20.49.	Causa de Aumento – Acusado é líder ou coordenador de grupo ou de rede virtual (art. 122, § 5º, do CP) .....	497
11.20.50.	Infanticídio (art. 123 do CP) – Como crime admitido na pronúncia .....	497
11.20.51.	Infanticídio (art. 123 do CP) como tese defensiva e acusada pronunciada por homicídio .....	497
11.20.52.	Aborto provocado pela gestante (1ª parte do art. 124 do CP) ...	498
11.20.53.	Aborto provocado com o consentimento da gestante (2ª parte do art. 124 do CP).....	498
11.20.54.	Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante (art. 125 do CP) .....	498
11.20.55.	Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante (art. 126 do CP) .....	499
11.20.56.	Aborto provocado por terceiro com consentimento inválido por parte da gestante (art. 126, parágrafo único, do CP) .....	499
11.20.57.	Causa de aumento – Gestante sofre lesão de natureza grave – Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante (art. 125 do CP) .....	500
11.20.58.	Causa de aumento Gestante sofre lesão de natureza grave – Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante (art. 126 do CP) .....	500
11.20.59.	Causa de aumento – Morte da gestante – Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante (art. 125 do CP).....	500
11.20.60.	Causa de aumento – Morte da gestante – Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante (art. 126 do CP) .....	501
11.20.61.	Lesão corporal (art. 129, <i>caput</i> , do CP).....	501
11.20.62.	Lesão corporal grave (art. 129, § 1º, do CP) .....	501
11.20.63.	Lesão corporal “gravíssima” (art. 129, § 2º, do CP).....	502
11.20.64.	Lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º, do CP).....	502
11.20.65.	Rixa (art. 137 do CP) .....	502
11.20.66.	Rixa qualificada (art. 137, parágrafo único, do CP).....	503
11.20.67.	Furto (art. 155 do CP) .....	503
11.20.68.	Roubo (art. 157 do CP).....	503
11.20.69.	Extorsão (art. 158 do CP) .....	503
11.20.70.	Extorsão mediante sequestro (art. 159 do CP) .....	504

11.20.71.	Destruição, subtração ou ocultação de cadáver (art. 211 do CP).....	504
11.20.72.	Estupro (art. 213 do CP).....	504
11.20.73.	Estupro de vulnerável – contra menor de 14 anos (art. 217-A do CP).....	505
11.20.74.	Estupro de vulnerável – contra pessoa com deficiência (art. 217-A, § 1º, do	505
11.20.75.	Estupro de vulnerável – contra pessoa que não podia oferecer resistência (art. 217-A, § 1º, do CP).....	505
11.20.76.	Associação criminosa (art. 288 do CP).....	506
11.20.77.	Constituição de milícia privada (art. 288-A do CP).....	506
11.20.78.	Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (art. 14 da Lei 10.826/2003).....	506
11.20.79.	Porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (art. 16 da Lei 10.826/2003).....	507
11.20.80.	Porte ilegal de arma de fogo de uso proibido (§ 2º do art. 16 da Lei 10.826/2003).....	507
11.20.81.	Disparo de arma de fogo (art. 15 da Lei 10.826/2003).....	508
11.20.82.	Fraude processual (art. 347 do CP).....	508
11.20.83.	Falso testemunho ocorrido durante o plenário (art. 342 do CP).....	508
11.20.84.	Falso testemunho ocorrido antes do julgamento em plenário (art. 342 do CP).....	509
11.20.85.	Corrupção de menores (art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/1990).....	509
12.	FASE FINAL – SENTENÇA, ATA E ATRIBUIÇÕES DO JUIZ PRESIDENTE.....	511
12.1.	Sentença.....	511
12.1.1.	Sentença condenatória.....	513
12.1.2.	Execução imediata da pena.....	513
12.1.3.	Fixação da reparação mínima do dano.....	516
12.1.4.	Efeitos civis da sentença no Tribunal do Júri.....	517
12.1.5.	Sentença absolutória.....	517
12.1.6.	Desclassificação.....	517
12.2.	Ata da sessão de julgamento.....	518
12.3.	Atribuições do juiz presidente.....	520
12.3.1.	Regular a polícia das sessões, prender os desobedientes e requisitar o auxílio da força pública, que ficará sob sua exclusiva autoridade.....	520
12.3.2.	Dirigir os debates, intervindo em caso de abuso, excesso de linguagem ou mediante requerimento de uma das partes.....	522

12.3.3.	Mandar retirar da sala o acusado que dificultar a realização do julgamento, o qual prosseguirá sem a sua presença .....	523
12.3.4.	Realização de diligências e gestão do tempo .....	524
12.3.5.	Refeição, repouso e transporte dos jurados.....	525
12.3.6.	Interromper a sessão por tempo razoável .....	526
12.3.7.	Regulamentar a intervenção das partes e os apartes.....	526
12.3.8.	Nomear defensor ao acusado, quando considerá-lo indefeso, podendo, neste caso, dissolver o Conselho e designar novo dia para o julgamento, com a nomeação ou a constituição de novo defensor .....	527
13.	RECURSOS.....	531
13.1.	Considerações iniciais.....	531
13.2.	Conceito de recurso .....	531
13.3.	O duplo grau de jurisdição e a presunção de inocência .....	532
13.4.	Recurso em sentido estrito.....	533
13.4.1.	A decisão que rejeita a denúncia ou a queixa (CPP, art. 1).....	534
13.4.2.	Decisão que concluir pela incompetência (CPP, art. 581, II) ....	534
13.4.3.	Decisão que pronunciar o acusado (CPP, art. 581, IV).....	535
13.4.4.	Incluir ou excluir jurado na lista geral (CPP, art. 581, XIV) .....	536
13.5.	Apelação.....	537
13.5.1.	Ocorrência de nulidade posterior à pronúncia .....	538
13.5.2.	Sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados.....	538
13.5.3.	Erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança .....	538
13.5.4.	Decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos .....	539
13.5.4.1.	Impossibilidade de utilização de apelação contra absolvição fundada no quesito genérico.....	541
14.	QUADRO COMPARATIVO ENTRE CPP ATUAL, PLS 156/2009 E PL 8045/2010 ...	545
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	593